



DISTRITAL - COIMBRA

REFORMAR O ESTADO, REDUZIR ASSIMETRIAS

Moção ao 43º Congresso Nacional do PSD

1ª SUBSCRITORA

Helena Teodósio

Presidente PSD Distrital Coimbra

Aprovada em Assembleia Distrital do PSD Coimbra

14 de junho de 2026

A Assembleia Distrital de Coimbra saúda a opção que o nosso governo fez quando reconheceu o elevadíssimo custo do nosso Estado e outorgou um lugar central à sua Reforma. A opção de ter, pela primeira vez, um Ministro da Reforma do Estado deu visibilidade à aposta em construir um Estado **mais eficiente, mais próximo** das organizações da sociedade, **mais controlável** pelos cidadãos e **mais competente** no apoio aos que precisam.

A tarefa é tão grande e difícil que muitos dos que até hoje tentaram fazer reformas profundas no Estado acabaram por falhar redondamente, sendo que cada falhanço adensou as dificuldades subsequentes.

1. O primeiro grande problema é que o contexto político atual torna muito difícil o debate sereno de assuntos complexos como a Reforma do Estado, que só podem encontrar soluções se resultarem de entendimentos de largo espectro partidário, isto é, quando governos e maiorias percebem que **não vão ser sempre governo** e quando as oposições vislumbram a possibilidade de **virem a ser governo**. É nesta tensão que se gera a possibilidade de **“pontos de encontro”** que favoreçam consensos e só com eles é possível desenvolver planos que não fiquem à mercê da volatilidade das aritméticas eleitorais.
2. De acordo com o património político do PSD, acreditamos que o esforço para melhorar o Estado deve preservar **as bases do modelo do Estado de Bem-Estar Social de que a grande maioria dos portugueses não quer abdicar, sem nunca deixar de questionar as soluções atuais**. Uma Reforma social-democrata não pode **ser um exercício de desmantelamento da máquina do Estado**.
3. A Reforma terá de passar por um novo **equilíbrio das atribuições, competências e forma de financiamento dos diferentes patamares** do Poder Político e da Administração Pública: Estado Central, Regiões, Municípios e Freguesias. Não estando na agenda imediata a instituição de Regiões Político-Administrativas no Continente, a Reforma deverá incidir rapidamente na racionalização das responsabilidades políticas e territoriais das CCDRs, redefinindo o seu papel em

articulação com as Áreas Metropolitanas, Comunidades Intermunicipais, Municípios e Freguesias. Estes temas são delicados, e precisam de muito trabalho técnico e político para que possam emergir consensos transpartidários construídos em redor de roadmaps credíveis e verificáveis. A Assembleia Distrital de Coimbra apoia os esforços do Governo neste caminho.

4. Continua a agravar-se **a concentração de pessoas e atividades económicas numa pequena parcela do território**, com especial incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, num processo que asfixia o desenvolvimento do País, desperdiça recursos e tem custos crescentes que se veem, entre outros, no agravamento dos incêndios, no abandono de vastas parcelas agrícolas e florestais ou na subida acentuada dos preços da habitação nas maiores cidades. Espera-se que um governo reformista e de matriz social-democrata promova a realocação de estruturas públicas que estão concentradas no território.
5. Melhorar a **avaliação das políticas públicas**, antes, durante e após a sua execução, é um caminho crucial para melhorar a governance da sociedade, dando maior controle ao cidadão. Um governo de matriz social-democrata não pode deixar que a decisão pública chegue “de cima para baixo”, em particular quando diz respeito a projetos estruturantes – e uma boa Reforma do Estado ajudará nesse caminho.
6. Depois da crise financeira, ficou ainda mais claro que a decisão pública tem fortes consequências inter-geracionais, pois cada projeto mal medido ou inadequadamente financiado impõe consequências graves às gerações seguintes. A Reforma do Estado deverá **reduzir o atual domínio de uma geração sobre as gerações que se seguem**.
7. A Reforma do Estado só pode funcionar se aumentar a **ética do serviço público**, mas os atuais mecanismos de avaliação de trabalhadores e serviços do Estado não valorizam devidamente esta necessidade, devendo ser corrigidos.

8. Não há bom Estado sem servidores bem preparados pois a incompetência aumenta muito o risco de o interesse público ser capturado por interesses particulares. Melhorar os atuais **sistemas de recrutamento e formação, reequacionar a definição das funções e carreiras no Estado ou premiar melhor o mérito** são questões essenciais para garantir que o Estado reformado vai contar com os melhores.
9. Por último, *last but not least*, a Reforma do Estado tem de ser adequada ao tempo novo que a revolução da **Inteligência Artificial** está a trazer. O Estado de Direito, que está na base da nossa democracia, precisa de preservar a privacidade de cidadãos e famílias, condição essencial da liberdade. Só com base nesse respeito poderá a IA constituir-se num instrumento ao serviço de todos e não de apenas uns poucos.

A Assembleia Distrital de Coimbra associa-se à determinação governamental em construir um Estado que seja uma peça decisiva para o desenvolvimento económico do País, aumentando a confiança nas instituições, diminuindo os custos de contexto e proporcionando uma base estável para os agentes económicos.

Portugal precisa de um Estado mais ágil, mais exigente, mais capaz de chegar aos que precisam e mais respeitador do esforço de cada família portuguesa.

Coimbra, 14 de junho de 2026

A Assembleia Distrital de Coimbra